



HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MONICA MENDES WAECHTER¹
LUIZA ALVARENGA MARQUES DE MEDEIROS²
MARLI CHIARANI³

RESUMO: Entende-se que ser educador requer, além das habilidades metodológicas instrumentais, preparo para auxiliar os estudantes a desenvolverem habilidades interpessoais importantes, como comunicação, resolução de conflitos e empatia, sendo essenciais para seu sucesso acadêmico e pessoal. Portanto, este artigo teve como objetivo despertar a importância das Habilidades Sociais Educacionais (HSE) para professores de Educação Infantil. Partiu-se da premissa de que muitos professores não compreendem a influência que exercem sobre os estudantes, levantando-se, por isso, a seguinte problemática: qual o impacto da falta de HSE em educadores durante o manejo dos conflitos interpessoais entre os estudantes e entre estudantes e os professores nos ambientes educacionais infantis? Para responder a essa problemática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, recorrendo ao Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), livros e revistas que dissertam sobre o conceito de Habilidades Sociais, enfatizando a classe das Habilidades Sociais Educativas, e as estratégias práticas para exercê-las. A presente pesquisa beneficia a comunidade escolar ao apresentar, aos professores, novos recursos comportamentais para a relação educador-aluno. Favoreceu a Psicologia Educacional através do trabalho preventivo, identificando e promovendo estratégias assertivas para a resolução de conflitos e possibilitando recursos para que a escola seja um ambiente de aprendizagem seguro e positivo. **Palavras-Chave:** Educação Infantil; Habilidades Sociais; Habilidades Sociais Educativas.

EDUCATIONAL SOCIAL SKILLS FOR EARLY EARLY EDUCATION TEACHERS

ABSTRACT: It is understood that being an educator requires, in addition to instrumental methodological skills, preparation to help students develop important interpersonal skills, such as communication, conflict resolution and empathy, which are essential for their academic and personal success. Therefore, this article aimed to awaken the importance of Educational Social Skills (HSE) for early childhood education teachers. It was based on the premise that many teachers do not understand the influence they have on students, thus, the following problem was raised: what is the impact of the lack of HSE on educators when managing interpersonal conflicts between students and between students? What about teachers in educational environments? To respond to this problem, a bibliographical research of a qualitative and descriptive nature was carried out, in its construction instruments such as Google Scholar,

¹ Acadêmica de Graduação, Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIFE. Endereço eletrônico: monicamendes2@hotmail.com

² Professora Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental, Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIFE. Endereço eletrônico: luiza@medeirosemarques.com

³ Professora Mestre em Letras, Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIFE. Endereço eletrônico: m_chiarani@hotmail.com



Scientific Electronic Library Online (SCIELO), books and magazines that discuss the concept of Social Skills were used, emphasizing the Educational Social Skills class, and practical strategies for exercising them. This research benefited the school community by presenting teachers with new behavioral resources for the educator-student relationship. It favored educational psychology through preventive work, identifying and promoting assertive strategies for resolving conflicts and enabling the school to be a safe and positive learning environment.

Keywords: Social Skills. Educational Social Skills. Child Education.

1. INTRODUÇÃO

As práticas educativas, tanto no ambiente familiar quanto escolar, podem influenciar o comportamento das crianças, seja promovendo habilidades sociais ou fomentando problemas comportamentais. Na literatura, estudos demonstram que o comportamento das crianças nas escolas tem sido motivo de preocupação, afinal na fase escolar, os estudantes não estão somente no processo de formação intelectual, pois, através das interações, também desenvolvem suas práticas sociais.

Nas escolas, pessoas de diferentes origens culturais e sociais reúnem-se, gerando, naturalmente, conflitos devido à diversidade de ideias e comportamentos. Esses conflitos podem se manifestar como agressões físicas e verbais, violência psicológica, bullying, ameaças, insultos, discriminação e intimidação, e podem se manifestar entre todos que formam a comunidade escolar: alunos, professores, coordenadores, responsáveis e demais funcionários.

A Base Nacional Comum Curricular, o documento que estabelece as expectativas mínimas de aprendizagem para os estudantes no Brasil, reforça o dever das escolas de Educação Básica na formação e desenvolvimento global dos estudantes e apresenta, em suas competências gerais, que as instituições - através de recursos didáticos e pedagógicos - precisam exercitar a empatia, o diálogo, a cooperação e a resolução de conflitos (BNCC, 2018).

No cotidiano, os profissionais da Educação buscam o desenvolvimento da práxis pedagógica descrita nos documentos que orientam os currículos educacionais. No entanto, os professores não têm acesso a recursos assertivos para mediar os conflitos e, conseqüentemente, obter resultados satisfatórios; considerando-se que a ausência desses recursos resulta na necessidade de os professores e a gestão precisarem recorrer aos métodos tradicionais de punição, através da retirada do direito de interação durante os intervalos, pátios, parques, suspensões e a solicitação de transferência para outra instituição educacional. Essas medidas, além de serem exclusivas, reforçam os comportamentos indesejados e não possibilitam aos alunos a oportunidade de identificar os comportamentos inadequados e desenvolver estratégias que os tornem assertivos.

As escolas são espaços de formação intelectual e cívica e existe a expectativa de que sejam um local protegido e seguro. Contudo, a situação atual no Brasil mostra outra realidade, em 2019, uma pesquisa global da organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entrevistou 250 mil professores e líderes escolares de 48 países. O resultado classificou o Brasil como o país com maior índice de violência escolar, pois descobriram que os ambientes escolares brasileiros são os mais propensos a gerar bullying e intimidação, além da média internacional. O Ministério da Educação (MEC) propôs, em 2023, a criação de um grupo para lidar com a violência nas instituições educativas e esse plano de intervenção envolverá tanto as unidades federais quanto os municípios.



No Brasil, ocorreram, pelo menos, 30 ataques violentos às escolas nos últimos 21 anos (janeiro de 2002 a maio de 2023). Segundo pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 36 pessoas morreram nesse período. Entre os anos de 2002 a 2021, ocorreram até três ataques por ano em escolas brasileiras; já em 2022 foram dez (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e São Paulo) e oito até maio de 2023 (São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul e Paraná).

O Fórum de Segurança Pública do Brasil esclareceu que o aumento de casos de violência e agressões, que começaram a ocorrer com mais frequência a partir de 2018, pode ser resultado de vários fatores que se tornaram mais comuns durante a pandemia da COVID 19, como: o isolamento social, a exposição à violência nos espaços domésticos e o aumento do uso das tecnologias, pois o acesso à internet - sem a mediação de um responsável - facilitou a criação de fóruns para espalhar ideias e conteúdos violentos.

Diante desse cenário preocupante, pergunta-se: qual a estratégia preventiva pode ser utilizada no contexto escolar para auxiliar os educadores na prevenção da violência escolar que permeia a sala de aula desde a Educação Infantil?

Defende-se que, para os estudantes terem comportamentos assertivos, faz-se necessário, primeiramente, que os professores adquiram um novo repertório de comportamento para lidar com as situações conflituosas no cotidiano escolar. Nesse sentido, propõe-se, como hipótese, que ofertar aos professores, treinamentos de Habilidades Sociais Educacionais (HSE) configura-se como importante recurso didático para lhes proporcionar novas estratégias de intervenção.

O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e apresenta aos professores de Educação Infantil, as HSE que evidenciam as seguintes habilidades: comunicação: iniciar e manter conversação, aprimorando a comunicação em sala de aula; expressão de sentimentos positivos; direitos humanos básicos; expressar e ouvir opiniões; comportamento habilidoso e não habilidoso; expressão de sentimentos negativos e estabelecimento de regras e limites. Proporcionando assim, aos educadores, novas ferramentas para auxiliá-los; primeiramente, na regulação dos seus próprios comportamentos diante dos conflitos interpessoais para, posteriormente, promoverem o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria Comportamental

A Psicologia Comportamental surgiu no século XX com John Broadus Watson, defendendo que o comportamento deveria ser estudado com base em variáveis ambientais. Outros teóricos também contribuíram para este campo, como Ivan Pavlov, Edward Thorndike, Burrus Frederic Skinner e Joseph Wolpe. A abordagem comportamental concentra-se na compreensão do comportamento humano com base nas interações com o mundo físico e social (LUCENA - SANTOS, PINTO- GOUVEIA E OLIVEIRA, 2015).

O Behaviorismo, teoria que enfatiza a análise do comportamento, foi desenvolvida por Burrhus Frederic Skinner. Na Educação, o Behaviorismo questionou, na época, as práticas punitivas e propôs procedimentos voltados para comportamentos desejáveis. Seu objetivo consiste em prever e controlar o comportamento por meio de recompensas e punições, enfatizando as influências ambientais sobre as internas através do condicionamento, reforço positivo, reforço negativo e a modelagem (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).



O condicionamento operante é uma intervenção que altera a velocidade com que uma resposta ocorre, alterando as consequências de um comportamento. Compreender o comportamento operante é importante para saber como se desenvolvem em diferentes contextos e como são produzidos os repertórios comportamentais. Em contraste com o condicionamento clássico, o condicionamento operante enfatiza que uma resposta produzida pelo organismo produz uma mudança no ambiente (SCHULTZ; SCHULTZ, 2014).

O reforço é um conceito-chave na teoria comportamental, refere-se ao fato de que qualquer comportamento tende a ocorrer com mais frequência se for reforçado positivamente. O reforço positivo envolve adicionar uma recompensa para fortalecer uma resposta, enquanto o reforço negativo ocorre através da remoção de um estímulo aversivo. A história do reforço pessoal, a seleção natural e a evolução das práticas culturais moldam o comportamento humano, sendo personalizado e adaptado às necessidades e características individuais. No contexto educacional, técnicas de reforço positivo e negativo podem ser utilizadas para aumentar a probabilidade de repetição de comportamentos desejados (FEIST e FEIST, 2008).

Modelagem é um processo que envolve analisar e modificar comportamentos por meio de reforço. O comportamento é gradualmente modelado e modificado por meio de reforço até que o comportamento desejado seja alcançado, através da inserção de novas respostas mais semelhantes à resposta objetiva e reforçando-as ao mesmo tempo que extingue a aproximação anterior. O objetivo final é aumentar a ocorrência de comportamento a um nível de ocorrência próximo de zero ou zero. Esse processo envolve diversas etapas para atingir um desempenho final satisfatório (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

2.2 Teoria Cognitiva

A Teoria Cognitivo-Comportamental (TCC) surgiu dos estudos e observações do psiquiatra Aron T. Beck, que descobriu que o pensamento negativo distorcido muda o humor e o comportamento. As intervenções baseadas na Teoria Cognitivo-Comportamental são altamente eficazes para ajudar os pacientes a avaliar seus pensamentos automáticos e a pensar de forma mais realista, sendo uma intervenção semiestruturada, objetiva e orientada que aborda fatores cognitivos, emocionais e comportamentais no tratamento de transtornos psiquiátricos (BECK, 1964).

A Terapia Cognitivo-Comportamental está baseada no modelo cognitivo, que sugere que as emoções, os comportamentos e a fisiologia de uma pessoa são influenciados por suas percepções dos eventos. Sendo assim, os pensamentos automáticos surgem em resposta a uma situação ou evento, levando a reações emocionais, comportamentais ou fisiológicas. As técnicas de intervenção pela abordagem cognitiva promovem mudanças emocionais e comportamentais duradouras, alterando os pensamentos e o sistema de crenças do paciente, podendo ser amplamente utilizada em diversos contextos como hospitais, clínicas, escolas, programas vocacionais e prisões, e em diversos formatos como individual, casal, família e grupos (BECK, 2022).

As principais técnicas utilizadas sob enfoque integrado na Teoria Cognitivo-Comportamental são: as técnicas de relaxamento, dessensibilização sistemática, treino de assertividade, parada do pensamento, autoinstrução, inoculação do estresse, solução de problemas, exposição e prevenção de respostas, exposição interoceptiva e treino em habilidades sociais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2018).

2.3 Habilidades Sociais

Quando o campo das habilidades sociais é apresentado a pessoas fora da área



acadêmica e/ou a outros profissionais, tendem a interpretá-lo como sendo boa educação ou obediência rigorosa aos protocolos de boa convivência social. Esta percepção acaba por conduzir a uma compreensão parcial e equivocada desta área distinta de conhecimento e aplicação (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

A definição de habilidades sociais aponta para um conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo em um contexto interpessoal; quando esse indivíduo expressa seus sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de forma adequada à situação e respeitando esses mesmos comportamentos nos demais, o que resolve os problemas imediatos da situação, minimizando a probabilidade de problemas futuros (CABALLO, 2003).

A prática de Habilidade Sociais e o desenvolvimento da capacidade social estabelecem métodos que ocorrem naturalmente por meio da interação social cotidiana ao longo da vida. Quando essas práticas são inadequadas, podem surgir déficits nas habilidades sociais e problemas na competência social, que afetam negativamente as relações interpessoais e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas (CABALLO, 2003).

Como seres sociais convivendo em um mundo sistematizados por leis e regras, ainda na infância, impera a exigência de adquirir habilidades sociais para lidar com cobranças e pressões para interagir com a diversidade de grupos e seus valores sociais. Segundo Del Prette; Del Prette (2017), quanto mais amplo for o repertório dessas habilidades de um indivíduo, menor será a probabilidade de ele desenvolver problemas psicológicos.

As habilidades sociais podem ter efeitos positivos ou negativos sobre os indivíduos. Uma habilidade pode ser apropriada para um indivíduo em um determinado contexto e não ser apropriada para outro. Alguns conceitos apresentados focam no conteúdo do comportamento, ou seja, nas expressões e sentimentos envolvidos (CABALLO, 2003).

Quanto aos efeitos negativos da baixa competência/habilidade social, dentre os citados por Del Prette e Del Prette, estão os transtornos psicológicos externos que se relacionam à agressividade física ou verbal, comportamentos desafiadores e opostos, mentira, roubo e uso de substâncias. Os transtornos psicológicos internos referem-se à depressão, isolamento social, ansiedade e fobia. Estes geralmente têm relação direta com a falta de habilidades sociais como: empatia, expressão de sentimentos e resolução de problemas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

2.4 Classes de habilidades sociais

Conforme apresentado nos conceitos de habilidades sociais, estas são uma classe de comportamentos considerados padrão. Para Del Prette e Del Prette (2010), as habilidades sociais são formadas pelos seguintes componentes: *comportamentais* que envolvem os desempenhos verbais, não verbais e paralinguísticos; os *cognitivo-afetivos* que são a percepção social, crenças, metas pessoais, autoestima; e, por fim, os *fisiológicos* que são os indicadores de ansiedade ou disfunções psicossomáticas.

Nesse sentido, importa questionar quais são as habilidades a serem desenvolvidas na infância. Segundo Del Prette e Del Prette (2017), são sete as habilidades sociais consideradas importantes a serem desenvolvidas: autocontrole e expressividade emocional; civilidade; empatia; assertividade; fazer amizades; solução de problemas interpessoais; habilidades sociais acadêmicas.

No processo de auxiliar as crianças a desenvolver o autocontrole e expressar suas emoções, estabelecer um diálogo respeitoso é uma premissa, assim como não censurar ou negar os sentimentos da criança. O mediador precisa ajudar as crianças a identificar e nomear suas emoções básicas: alegria, raiva, medo, tristeza, frustração. Além do processo de



reconhecimento e identificação, é importante verificar se o sentimento permanece, o que pode ser feito com o auxílio de atividades facilitadoras, como jogos, teatro, música, desenho (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

A civilidade é a competência social de expressar comportamentos de acordo com as regras mínimas aceitas pelo meio sociocultural. Existem habilidades de civilidade que podem ser consideradas universais, como os atos de cumprimentar, agradecer, oferecer e compartilhar. Se essas habilidades estiverem ausentes, pode ser devido à falta de conhecimento ou falhas na aprendizagem. Por muito tempo, essas habilidades eram consideradas responsabilidade das famílias, hoje pais e professores dividem essa responsabilidade social e precisam, juntos, estar atentos à aquisição, frequência e fluência dessas habilidades (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

A empatia, para Del Prette e Del Prette (2001, p.86, *apud* DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017), é “a capacidade de compreender e sentir o que alguém sente numa situação de demanda afetiva, comunicando-lhe adequadamente tal compreensão e sentimento”. Sendo assim, é ter a capacidade de se colocar no lugar do outro para entender os seus sentimentos e emoções. A empatia é desenvolvida mais facilmente quando os pais e professores direcionam as crianças a identificar as suas emoções e levá-los a se colocar no lugar do outro, sem precisar recorrer a períodos de abandono, abuso ou punição e coerção (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

A assertividade é uma habilidade importante para lidar com situações nas quais pode haver uma reação indesejada do interlocutor. Quando o desempenho da assertividade ocorre desde a infância, é provável que dure a vida toda. Neste sentido, é importante que o ambiente educacional da criança não seja punitivo, que possa oferecer reforços para manter as ações de assertividade, sendo a reciprocidade muito importante para o desenvolvimento da assertividade, pois permite que a criança compreenda os seus direitos e deveres como: saber ouvir, respeitar, solicitar informações, proteger quem tem os seus direitos violados, expressar-se e defender as suas crenças e opiniões (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

A amizade é de suma importância para as pessoas, pois, sendo seres sociais, a falta de amigos acende um alerta, vez que pode levar à solidão e, posteriormente, a desenvolver quadros de depressão e estresse. No caso de crianças e adolescentes, fazer amigos é essencial, pois, nessas faixas etárias, as interações através de conversas são mais frequentes com os seus pares que com os seus familiares, além de auxiliarem a desenvolver o lado social e emocional, as relações recíprocas, a cooperação, o autoconhecimento e auxiliar na implementação de padrões comportamentais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Os problemas interpessoais estão relacionados a desequilíbrios nos relacionamentos e podem surgir das situações mais simples, como escolher um jogo, e até os mais complexos como evitar brigas. Na medida em que esses problemas tornam-se naturalmente mais complexos, as habilidades sociais precisam ser desenvolvidas. Na infância, a resolução de problemas interpessoais está ligada à capacitância da criança de resolver problemas causados pelo estresse, redução da impulsividade e promoção da sua competência social para vivenciar a fase da adolescência (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

O processo de ensino e aprendizagem é importante aliado no desenvolvimento de habilidades sociais, por isso é relevante a habilidade social acadêmica. Existem diversas pesquisas que associam a baixa habilidade social com as dificuldades de rendimento escolar. Crianças com dificuldade na aprendizagem, apresentam, em geral, como características: agressividade, imaturidade e comportamentos de relacionamento interpessoal imaturos; não são as mais populares da escola, sendo, às vezes, negligenciadas ou rejeitadas, mais passivas nas



atividades, às vezes inquietas, inibidas, sem iniciativa e, até mesmo, briguentas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

As interações sociais, quando educativas, promovem aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, sendo que não somente estes devem ter habilidades sociais como também os seus professores. Diante disso, quais habilidades sociais os professores precisam ter que possam contribuir para o ensino e gerar impacto significativo na aprendizagem e no desenvolvimento geral dos alunos? Recomenda-se a área de Habilidades Sociais Educativas (HSE) para desenvolver fortes competências nesses profissionais e promover relacionamentos saudáveis com os alunos para que alunos e professores sintam-se seguros no ambiente escolar (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

2.5 Habilidades Sociais Educativas

Em 2001, Del Prette e Del Prette propuseram, pela primeira vez, o conceito de Habilidades Sociais Educativas na literatura brasileira. Os autores definem-nas como comportamentos que facilitam os processos de ensino e aprendizagem e contribuem para melhores interações entre professores e alunos (BOLSONI SILVA & MARIANO, 2014; DEL PRETTE & DEL PRETTE, 1999).

Ao utilizar HSE no cotidiano, os professores poderão reduzir o uso de práticas negativas, como gritos, punições, etc. Quando práticas negativas são utilizadas com pouca frequência, pode-se evitar o surgimento ou a manutenção de problemas de comportamento infantil inapropriados (CABALLO, 1996).

Os problemas comportamentais infantis incluem excessos ou deficiências de atitudes nas interações sociais que os indivíduos estabelecem e podem ser observados através dos comportamentos externalizantes e internalizantes. Os externalizantes são comportamentos que são diretamente observáveis e predominantes na relação do sujeito com outras pessoas como dificuldade em seguir regras, comportamento excessivo que leva ao temperamento elevado, evitação, desobediência, atitudes autolesivas, agressões e roubos. No entanto, os comportamentos internalizantes são privados, ou seja, não observáveis diretamente em uma interação; a saber: dificuldades de interação social, introspecção e medos (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

No cotidiano escolar, os professores, em muitas situações nas quais os comportamentos mencionados anteriormente são vivenciados, buscam - dentro das suas capacidades - resolver tais situações. Porém, mesmo tendo um repertório de habilidades adquiridas na graduação, sentem dificuldades de intervir de forma assertiva, provavelmente em razão do desconhecimento da importância do desenvolvimento socioemocional como ferramenta para facilitar o processo de aprendizagem acadêmica, diminuir comportamentos inadequados e cumprir seu papel social (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Analisando esse contexto, para suprir as demandas de falta ou deficiência de habilidades sociais nos professores, apresentam-se as principais HSE que são: comunicação: início e manutenção de conversação, aprimoramento da comunicação em sala de aula; expressão de sentimentos positivos; direitos humanos básicos; expressão e audição de opiniões; comportamento habilidoso e não habilidoso; expressão de sentimentos negativos; estabelecimento de regras e limites (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.5.1 Comunicação: iniciar e manter conversação

Segundo Cognetti e Bolsoni-silva (2019), a comunicação é a base do fazer pedagógico, ensinar exige que a comunicação seja clara e eficaz, para que os professores consigam atingir



os objetivos propostos pela Educação. Quando se aborda a comunicação, é necessário considerar alguns comportamentos importantes para aprimorar essa habilidade nos professores, como: fazer e responder perguntas; iniciar, manter e encerrar conversas; gratificar e elogiar.

Essa habilidade leva os profissionais da Educação a refletirem sobre como está a sua comunicação em sala de aula, com que frequência conversam com os seus alunos e se conseguem identificar problemas de comportamento infantis gerados por falhas em sua comunicação. Essa classe de habilidades também fornece parâmetros de comportamentos e situações que, quando aplicados, podem auxiliar na comunicação em sala de aula. Sugere-se conversar com os alunos sobre diferentes assuntos, procurar investigar temas que sejam de interesse do aluno e que não tenham relação direta com o conteúdo teórico estudado em aula como jogos, filmes, desenhos animados (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Para avaliar a qualidade da comunicação em sala de aula, deve-se observar como os alunos reagem às solicitações ou sugestões. Quando o professor realiza uma pergunta ao aluno, deve demonstrar atenção e interesse em seu comportamento de resposta e dar *feedback* sobre sua fala (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.5.2 Expressão de Sentimentos Positivos

Muitas vezes, os vários desafios da profissão docente - como salas de aulas cheias, alunos com problemas de comportamento, entre outros - podem dificultar para os professores exercerem práticas educativas positivas, como expressão de sentimentos positivos e cultivo do afeto, que contribuem para o envolvimento e interesse dos alunos na sala de aula (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Possuir um repertório e fornecer modelos de interações sociais saudáveis aos alunos é de suma importância. Em um cenário no qual o professor repreende um aluno por não conseguir se concentrar nas atividades, deve-se ter claro que essa atitude não ajudará no aprendizado do aluno, além de que a punição pode gerar desmotivação e falta de disciplina. Quando o professor expressa sentimentos negativos e coercivos a um aluno que não se comporta de forma adequada, através da expressão de raiva e ressentimento, não está contribuindo para a mudança de seu comportamento (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Os professores devem estar preparados para receber e expressar elogios, mesmo quando os alunos estão com dificuldades de comportamento. A demonstração de carinho no processo de ensino, proporciona modelos de interações sociais saudáveis para os alunos (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Constantemente, os professores precisam avaliar a sua conduta e garantir que proporcionem um ambiente positivo e de apoio aos seus alunos, mesmo àqueles estudantes que não se comportam da forma esperada, é importante reconhecer os seus esforços e oferecer *feedback* positivo e construtivo. O *feedback* eficaz envolve o fornecimento de informações imediatas e apropriadas sobre o comportamento de um aluno e suas consequências para os outros. Quanto mais oportuno e relevante ele for, mais eficaz será (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

A crença de que elogiar os alunos pode estragá-los é uma crença cultural que dificulta expressar sentimentos positivos em relação aos outros. É essencial ser sincero ao elogiar e identificar quem elogiar, o comportamento a ser alvo e quando e como fazê-lo. Ao expressar elogio ou carinho, é fundamental considerar como a outra pessoa responderá para evitar ser invasivo e tornar a situação desagradável para o aluno. Também é importante descrever as consequências positivas do comportamento elogiado nas relações interpessoais do aluno (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).



2.5.3 Direitos Humanos Básicos

Respeitar as opiniões, mesmo que diferentes, é fundamental para a boa interação social e para o exercício dos direitos dos cidadãos. Os direitos humanos básicos são essenciais na relação professor-aluno, pois impactam diretamente na qualidade das relações interpessoais. Os professores têm direitos que devem ser respeitados, mas as crianças e os adolescentes também têm direitos que precisam ser considerados na prática educativa. Esses direitos incluem comportamentos que promovem boa comunicação, respeito e empatia. Desconsiderar ou desvalorizar opiniões pode gerar emoções negativas, como raiva e revolta (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Entre os direitos humanos básicos, tem-se: o direito de ser tratado com respeito e dignidade; o direito de recusar pedidos (abusivos ou não) quando achar conveniente; o direito de mudar de opinião; o direito de pedir informações; o direito de cometer erros por ignorância e buscar reparar as faltas cometidas; direito de ter suas próprias necessidades e considerá-las tão importantes quanto as necessidades dos demais; o direito de ter opiniões e expressá-las; o direito de ser ouvido e levar a sério; o direito de estar só quando desejar; o direito de fazer qualquer coisa desde que não viole os direitos de alguma outra pessoa; o direito de defender aquele que teve o próprio direito violado; o direito de respeitar e defender a vida e a natureza (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

As autoras questionam a prática de punir crianças e adolescentes por comportamentos indisciplinados ou opositores, sem permitir que expressem suas razões ou expliquem as consequências negativas de suas ações em sua aprendizagem (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

As expressões comportamentais têm um propósito e é importante compreendê-las e abordá-las de forma adequada. Punir ou ignorar tais comportamentos pode não ser eficaz na redução da sua frequência. Em vez disso, é crucial ouvir e compreender os interesses e opiniões da criança ou adolescente para encorajar interações pessoais positivas. É seu direito expressar-se e deve haver esforço por criar um ambiente seguro e de apoio para o fazerem (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Expressar opiniões, mesmo que divergentes, é uma habilidade importante quando se discutem direitos humanos. Punir os alunos por discordarem do professor pode prejudicar o seu desenvolvimento social. Os professores devem considerar a discussão dos direitos e deveres humanos básicos com os alunos para estabelecer regras e promover modelos de negociação saudáveis, podendo melhorar a comunicação e a confiança entre professores e alunos.

2.5.4 Expressar e Ouvir Opiniões

Expressar e ouvir opiniões exige as habilidades educativas apresentadas anteriormente como a comunicação e expressão de sentimentos positivos. É fundamental deixar claro que, ao se discordar, isso se deve a uma opinião e não ao indivíduo (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Os professores precisam incentivar os alunos a expressarem as suas opiniões, quando concordem ou discordem das de seus educadores. Como se viu anteriormente através das crenças, não existe verdade absoluta, portanto mudar de opinião não deve ser um problema, principalmente para os educadores. É fundamental lembrar que manifestar discordância com outras pessoas é difícil e pode ser ainda mais complexo para crianças ou adolescentes (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Expressar e ouvir opiniões são habilidades essenciais para as relações sociais, inclusive em sala de aula. É muito importante estabelecer práticas consistentes com uma educação



assertiva e fornecer um modelo de comportamento aos alunos. Discordar ou dar *feedback* negativo não significa desqualificar o outro, mas sim apresentar uma posição e dar aos alunos a oportunidade de fazer o mesmo. Praticar essas habilidades ajudará os estudantes a compreenderem seus benefícios para as relações interpessoais (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.5.5 Comportamento habilidoso e não habilidoso

No conceito de comportamento habilidoso, estão envolvidos comunicação, expressão de sentimentos, respeito aos direitos humanos, estabelecimento de limites, ouvir o outro e manifestar a sua opinião, não utilizar palavras ofensivas ou alterar o tom de voz. O comportamento não habilidoso envolve omitir-se, atacar ou ofender outras pessoas (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Punir os alunos por comportamentos inadequados, muitas vezes, leva a consequências negativas e não estabelece novas possibilidades de conduta em sala de aula. Os educadores devem procurar estabelecer limites apropriados que contribuam para os processos de ensino e aprendizagem e forneçam um modelo positivo de negociação (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Quando o professor decide castigar toda a turma por algum comportamento inadequado, caracterizado como uma prática educativa negativa, acaba, muitas vezes, produzindo comportamentos opostos ao desejado, como: indisciplina, birra etc. (MARIANO & BOLSONI-SILVA, 2015; GOMIDE *et al.*, 2005).

Como já mencionado, omitir-se é considerado um comportamento não habilidoso. Sendo assim, o professor deve descrever o comportamento que o incomoda, solicitar mudança de comportamento, fornecer um modelo sobre o que fazer e apresentar as consequências para o cumprimento ou descumprimento do comportamento previamente combinado (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Defende-se que a assertividade desempenha papel significativo na relação professor-aluno e deve ser promovida no contexto educacional pelos professores através da expressão opiniões de forma adequada, sem ser agressivo ou passivo. Ser hábil na assertividade pode ajudar na resolução de problemas do cotidiano, evitando complicações futuras e estabelecendo relações sociais saudáveis (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.5.6 Expressão de sentimentos negativos

A importância de expressar sentimentos positivos é discutida, juntamente com conselhos sobre como lidar com sentimentos negativos em situações como a de um aluno que atrapalha o andamento da aula. As autoras descrevem um processo de quatro etapas para lidar com o comportamento inadequado dos alunos.

O primeiro passo é descrever o comportamento, incluindo quando e com que frequência ele ocorre. O segundo passo é expressar sentimentos ou pensamentos negativos sobre o comportamento. O terceiro passo é especificar a mudança de comportamento desejada e pedir a concordância do aluno. O quarto passo é descrever as consequências positivas da mudança de comportamento e as consequências potencialmente negativas de não mudá-lo. As autoras enfatizam a importância de ser objetivo e assertivo na realização e recusa de solicitações (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Ao abordar o comportamento negativo dos alunos, importa usar uma linguagem fácil de entender e evitar insultos ao caráter do aluno, bem como é importante comunicar-se de forma objetiva e expressar como o comportamento fez o professor se sentir, sem ser agressivo,



possibilitando ao aluno refletir sobre seu comportamento e oferecer sugestões de melhorias, especificando claramente as consequências, tanto para mudar como para não mudar seu comportamento. A consistência sobre o comportamento é a chave para construir conexões de empatia e confiança no aluno (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.5.7 Estabelecimento de Regras e Limites

Estabelecer regras e limites envolve identificar consequências para comportamentos socialmente qualificados e não qualificados, dar *feedback*, solicitar mudanças de comportamento e ser consistente. Práticas negativas podem contribuir para o desenvolvimento e manutenção de problemas de comportamento infantil, portanto é importante abordar o comportamento e não a criança, controlar o excesso de emoções e adaptar-se à situação (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

A consistência nas interações com os alunos é crucial para o estabelecimento de limites eficazes, estabelecer limites e regras com os alunos pode prevenir comportamentos inadequados. Pode-se estabelecer limites por meio de comportamentos habilidosos ou comportamentos autoritários e punitivos. Todavia, a literatura evidencia que práticas negativas, além de negligentes, podem contribuir para o desenvolvimento e manutenção de problemas de comportamento infantis. Ressalta-se que a obediência é entendida como um comportamento ensinado, portanto, não é aspecto fisiológico, sendo assim, os seres humanos aprendem a serem obedientes por meio do estabelecimento de regras e limites e decorrente também da evidenciação das consequências que a desobediência promove (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

Quando os professores optam por castigar, ofender ou brigar com o aluno diante de um comportamento problema, isso pode, no primeiro momento, até funcionar. Mas será que o aluno nunca mais emitirá este comportamento? Provavelmente, o aluno deixará de apresentar o comportamento, mas apenas diante de quem o castigou, ou então, voltar a apresentá-lo mais tarde, sendo necessário cada vez mais castigos. Reforçar os bons comportamentos colabora para que a criança aprenda a se comportar, tendo em vista as boas consequências que recebe como atenção, afeto e elogio, que são tão importantes quanto o conteúdo para tornar o aprendizado vantajoso e prazeroso para os alunos (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.6 - O Professor na Educação Infantil

A expansão da Educação na primeira infância aumentou globalmente devido à urbanização, à participação das mulheres no mercado de trabalho e às mudanças nas estruturas familiares. A sociedade reconhece a importância das experiências na primeira infância, gerando demandas por educação institucional para crianças de zero a seis anos. No Brasil, A Educação Infantil tornou-se um dever do Estado e um direito da criança na Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 reforçou esse o direito da criança (BRASIL, 1998).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, é a legislação brasileira que estabelece as diretrizes e bases para a organização do sistema educacional no país e foi promulgada em dezembro de 1996. Na LDB, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de Educação Infantil e a família (BRASIL, 1998).

Atualmente, dispõe-se de outro documento, a Base Nacional Comum Curricular (2017), que se diferencia do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil



(RCNEI/1998) por deslocar o foco centrado nos conteúdos de aprendizagem para as experiências das crianças (MARQUES; PEGORARO; DA SILVA, 2019, p. 273 – 274). Destaca-se que um documento não exclui o outro, por esse motivo, por haver foco na interação professor aluno e não nas atividades curriculares, confere-se, aqui, maior ênfase para o RCNEI.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) observa que, nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontaram para a necessidade de as instituições de Educação Infantil integrarem as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando ou hierarquizando profissionais e instituições que trabalham com crianças pequenas ou aqueles que trabalham com maiores. Novas funções para a Educação Infantil deveriam estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade vem de concepções de desenvolvimento que consideram a criança em seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais especificamente, em interações e práticas sociais que lhes proporcionam elementos relacionados aos conhecimentos para construir uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

As diretrizes também apontam que o foco nessa fase educacional é desenvolver e estimular a curiosidade, a imaginação e a percepção das crianças sobre si mesmas e sobre os outros e que não cabe à Educação Infantil alfabetizar as crianças, pois, nesta fase, não possuem maturidade neural para realizar esse processo (BRASIL, 1998).

A responsabilidade de formar um ser e sua compreensão das diferentes áreas do conhecimento recai sobre uma proposta pedagógica que considere a criança como sujeito de direitos e como cidadão. Os educadores são responsáveis por mediar o currículo planejado com a criança e, nessa organização de situações de aprendizagem orientadas ou que dependam da intervenção direta do professor, permitir que as crianças trabalhem com diferentes conhecimentos, inclusive o erro construtivo que tem uma função primária no processo cognitivo e, portanto, os comportamentos inadequados devem ser considerados, nesse contexto, como um erro construtivo (BRASIL, 1998).

A interação social em diferentes situações é uma das estratégias mais importantes para promover a aprendizagem das crianças. Portanto, cabe ao professor proporcionar situações de conversa, jogos ou aprendizagem orientada que garantam troca entre as crianças, para poderem se comunicar e se expressar, demonstrando suas formas de agir, pensar e sentir, em ambiente acolhedor e que incentiva confiança e autoestima. A existência de um ambiente acolhedor, no entanto, não significa eliminar conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças possam aprender a conviver, buscando as soluções mais adequadas às situações que enfrentam no seu dia a dia (BRASIL, 1998).

Diante de algumas funções do escopo do trabalho de um professor, fica evidente que ensinar crianças pequenas requer sensibilidade, compreensão e conhecimento do desenvolvimento infantil. Sendo assim, esses profissionais precisam estar embasados nos três pilares: sensibilidade, compreensão e conhecimento de sua área, além de serem empáticos e capazes de lidar com situações que exigem paciência, compreensão e técnicas (LDB, 1996).

A formação inicial dos professores da Educação Infantil é fundamental. A LDB estabelece que a formação de profissionais da Educação para administração, planejamento, fiscalização, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica será realizada em cursos de graduação em Pedagogia ou ao nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantido, nesta formação, o padrão nacional comum base (LDB, 1996).

Historicamente, toda documentação que envolve a Educação recente, a formação inicial em Pedagogia e o padrão da Base Nacional Comum não prepara o professor para as formas assertivas de mediações dos conflitos do cotidiano escolar. Nesse sentido, é fundamental



que a Psicologia contribua com os educadores, através de treinamentos de Habilidades Sociais e Educativas, para poderem lidar com situações e prevenir o desgaste físico e emocional desses profissionais (COGNETTI e BOLSONI-SILVA, 2019).

2.7 Adoecimento Mental dos Professores da Educação Infantil

Os professores desempenham papel crucial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes. No entanto, trabalhar na Educação é desafiador, vai além da docência uma vez que os professores enfrentam diversas questões sociais que afetam as famílias, os alunos e o próprio ato de ensinar. Questões essas que têm adoecido profissionais, deixando-os sem condições de exercer sua profissão e deixando, também, a escola e a sociedade carentes de sua contribuição social (CARLOTTO, 2010).

A Psicologia tem sido chamada para auxiliar os educadores no enfrentamento do adoecimento psíquico dos professores em decorrência do seu trabalho. Recentes pesquisas mostraram que os professores da Educação Básica no Brasil têm enfrentado problemas de saúde mental, levando ao adoecimento e, até mesmo, ao abandono da profissão. Os principais fatores que contribuem para isso, incluem salários baixos, falta de apoio, cargas de trabalho pesadas e formação inadequada (NASCIMENTO e SEIXAS, 2020).

Os professores têm que desempenhar múltiplos papéis que vão além de apenas ensinar, como administrar conflitos e dinâmicas nas relações escolares. Segundo Carlotto (2010), com esses desafios, muitos profissionais do sistema de Educação Básica do Brasil podem ter um impacto significativo em sua saúde mental, favorecendo seu adoecimento.

Essa situação agravou após a pandemia da Covid-19, cujos efeitos repercutiram em todos os setores da sociedade, incluindo a Educação. A pandemia agravou o problema já existente de depressão entre os professores. Antes da pandemia, 12% dos professores sofriam de depressão, um valor superior aos 5% da população em geral (NASCIMENTO e SEIXAS, 2020).

No Brasil, embora a mídia noticie quase diariamente as múltiplas dificuldades enfrentadas pelos professores, entre as quais se destacam casos de violência, indisciplina e outras formas de desrespeito; estudos envolvendo professores apontam para um cenário de adoecimentos característicos da profissão. Mas que tipos de doenças estariam afetando os professores? O que os estaria afastando do trabalho? (BRASIL, 2020).

Uma pesquisa do Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp), realizada em 2022, identificou os principais tipos de doenças que afetam os professores, a saber: depressão, ansiedade, altos níveis de estresse e esgotamento. A exaustão emocional, a despersonalização e a desrealização profissional também foram consideradas dimensões da Síndrome de *Burnout*.

A Síndrome de *Burnout* foi incluída no Código Internacional de Doenças- CID11 em 2022, é caracterizada por falta de energia e entusiasmo, forte esgotamento relacionado ao trabalho, baixa realização pessoal, autoavaliação negativa e excesso de despersonalização.

A pesquisa revelou também que a prevalência da Síndrome atingiu quase 1/3 (32,75%) dos(as) professores(as) da Educação Básica analisada(as). Participaram do estudo 397 professores(as) de diversos estados brasileiros, provenientes de escolas públicas e privadas, sendo a maioria (87,41%) do sexo feminino. Nesse estudo, um dos fatores apontados para o seu surgimento, é a influência da relação professor-aluno.

Segundo o Ministério da Saúde, na hierarquia das causas de afastamento de professores, a maior incidência está relacionada aos transtornos mentais e comportamentais, e a Síndrome de *Burnout* é a primeira delas (BRASIL, 2020).



Tem-se, portanto, a olhos vistos, um cenário delicado composto por artigos jornalísticos, livros e estudos que evidenciam essa triste constatação. Porém, além de constatar que a qualidade da saúde e das condições de trabalho dos professores atingiu um nível que não pode mais ser tolerado, deve-se perguntar: o que a Psicologia pode fazer para modificar esta situação que é problema de saúde pública e torna-se também um problema social? Nesse campo, as Habilidades Sociais Educativas têm muito a contribuir para com os professores, estudantes, famílias e sociedade de modo geral.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo é classificado na área de conhecimento das Ciências Humanas e, quanto à sua natureza, é pesquisa básica estratégica que, segundo Gil (2017), tem como finalidade a aquisição de novos conhecimentos em áreas amplas específicas que se espera conduzirem à solução de reconhecidos problemas.

No primeiro momento, procedeu-se à pesquisa exploratória, cujo objetivo proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou contribuir para formulação de hipótese através do levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. No segundo momento, passou a ser pesquisa descritiva, favorecendo a compreensão mais profunda dos problemas reais, explorando as experiências, percepções e comportamentos (GIL, 2017).

As informações apresentadas foram elaboradas a partir de pesquisa bibliográfica, cuja base material foi a análise da literatura acadêmica, incluindo artigos, livros, dissertações, teses e outros. Em sua construção, foram utilizados instrumentos como o Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), livros e revistas que dissertam sobre o conceito de Habilidades Sociais, enfatizando a classe das Habilidades Sociais Educativas, e as estratégias práticas para exercê-las. As palavras-chave de busca utilizadas nesta pesquisa incluíram combinações de termos como “Violência Escolar”, “Habilidades Sociais”, “Habilidades Sociais Educativas”, “Educação Infantil”, “Formação de Professores” e “Psicologia e Estratégias Preventivas”.

Importante ressaltar que os teóricos Zilda Del Prette e Almir Del Prette são as referências brasileiras no tema e são deles, a maioria dos embasamentos sobre a temática, assim como a cartilha informativa de Habilidades Sociais Educativas para professores das autoras, Natália Pascon Cognetti e Alessandra Turini Bolsoni Silva, que constituem o único material direcionado aos professores; nos outros materiais, esses autores eram parafraseados.

4. CONCLUSÃO

A formação em competências sociais é essencial para os professores da Educação Infantil, uma vez que desempenha papel significativo na formação do desenvolvimento social e emocional das crianças pequenas. Professores com elevadas competências sociais são mais eficazes na gestão do comportamento na sala de aula e na promoção de um ambiente de aprendizagem positivo.

A literatura evidencia que o treinamento de Habilidades Sociais Educativas pode favorecer, aos educadores, terem acesso a novas ferramentas para auxiliá-los, primeiramente na



regulação dos seus próprios comportamentos diante dos conflitos interpessoais para, posteriormente, promoverem o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Os autores apresentam o conceito e técnicas de forma prática para aplicar as Habilidades Sociais Educativas no cotidiano escolar como: aprimoramento da comunicação em sala de aula; expressão de sentimentos positivos; respeito aos direitos humanos básicos; expressão e escuta de opiniões; reconhecimento de comportamento habilidoso e intervenção no comportamento não habilidoso; expressão de sentimentos negativos e estabelecimento de regras e limites. Com isso, favorece-se a elaboração de um novo repertório comportamental, redução de conflitos entre alunos e professores e melhor gestão da sala de aula.

Promover Habilidades Sociais Educativas que se referem à capacidade do professor de interagir de maneira assertiva com os alunos, é uma necessidade urgente, tendo em vista que, ao construir relacionamentos saudáveis, isto lhes possibilita o desenvolvimento do seu papel como educador, minimizando, no cotidiano escolar, o desgaste, estresse e a falta de motivação proveniente da relação educador-aluno.

Nessa perspectiva, a pesquisa em questão proporcionou benefícios à comunidade escolar ao preparar o professor, oferecendo novos recursos comportamentais para lidar com essa realidade.

Para a Psicologia, a presente pesquisa favoreceu o exercício do trabalho preventivo do psicólogo educacional, que visa identificar, preparar, entender e promover estratégias de resolução de conflitos entre aluno-aluno e professor-aluno, a fim de contribuir na promoção de um ambiente de aprendizado seguro e positivo, onde todos os envolvidos se sintam valorizados e respeitados.

REFERÊNCIAS

BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo: Comportamento, Cultura e Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. 320p. Disponível em: <https://abre.ai/gWP3> Acesso em: 28 nov. 2022.

BECK, A. **Pensamento e depressão: II Teoria e terapia**. *Arquivos de Psiquiatria Geral*. Belmont: JAMA & Arquivos, v.10, n.6, p.561-571. 1964.

BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática** (3a ed.). (2022). Artmed.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 365p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.



CABALLO, V. E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento.** São Paulo: Santos livraria e editora, 1996. 873 p.

CABALLO, V. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais.** São Paulo: Santos livraria e editora, 2003. 408 p.

COGNETTI, Natália Pascon, SILVA Alessandra Turini Bolsoni. **Habilidades sociais educativas para professores** -. São Carlos, SP: Suprema Gráfica e Editora Eireli - Epp, 2019.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Habilidades sociais: conceitos e campo teórico.** Texto online. Disponibilizado em: www.rihs.ufscar.br em dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.rihs.ufscar.br/artigos-em-periodicos/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático.** Petrópolis: Vozes Editora, 2017. 256 p.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades.** Perspectivas, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 104-115, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482010000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais: Uma área em desenvolvimento.** *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 9, n. 2, p. 233-255, 1996. Disponível em: <http://www.rihs.ufscar.br/artigos-em-periodicos/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS2-Del-Prette).** 2. ed. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2018. 120 p.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática.** Petrópolis: Vozes, 2005. 280 p.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo.** Petrópolis: Vozes Editora, 2001. 232 p.

Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2000). **Treinamento em habilidades sociais: Panorama geral da área.** Em V. G. Haase; R. R. Neves; C. Kapler; M. L. M. Teodoro & G.M.O. Wood (Orgs.). *Psicologia do desenvolvimento: contribuições interdisciplinares.* (pp. 249-264). Belo Horizonte: Health.

Dobson KS, Scherrer, MC. **História e Futuro das Terapias Cognitivo-Comportamentais.** In: Knapp P, editor. *Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica.* Porto Alegre: Artmed; 2004.

DUCHESNE, M.; ALMEIDA, P. E. DE M. **Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares.** *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 24, p. 49-53, dez. 2002.

FEIST, J.; FEIST, G. J. **Teorias da Personalidade.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 645p.



Título. Del Prette, A., & Del Prette, Z. Habilidades sociais educacionais: Professores: Educação 371.1023 Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427 **HABILIDADES SOCIAIS EDUCACIONAIS PARA PROFESSORES** resumo Apresentação.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FUMO, Vivian Maria Stabile et al . **Produção científica em habilidades sociais: estudo bibliométrico**. Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo , v. 11, n. 2, p. 246-266, dez. 2009 . Disponível em <https://abre.ai/gWQc> . acesso em 08 out. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 179 p.

JAGER, Márcia Elisa e cols. **Abordagem cognitivo-comportamental na escola: possibilidades de intervenção**. *Aletheia*. Canoas, v. 54, n. 1, pág. 105-112, jun. 2021. Disponível em <https://abre.ai/gWQe> . Acessos em 05 dez. 2022.

Köche, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa** / José Carlos Köche. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

LACEY, H. **Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia**. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001. 440 p.

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/>. Acesso: em 30 nov. 2022.

LUCENA-SANTOS, L.; PINTO-GOUVEIA, J.; OLIVEIRA, M. G. **Terapias comportamentais de terceira geração: Guia para profissionais**. Novo Hamburgo: Editora Sinopsys, 2015. 526 p.

MARQUES, Circe Mara; PEGORARO, Ludmiar; DA SILVA, Ezequiel Theodoro. **Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, jan./abr. 2019.

MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. M. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 224 p.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. **O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/josepho-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>.



SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **Teorias da Personalidade**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 480 p.

TURINI BOLSONI-SILVA, Alessandra; CARRARA, Kester. **Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 330-350, ago. 2010. Disponível em <https://abre.ai/gWP8>. acessos em 08 out. 2023.